

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENCADEAMENTO DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE CRÍTICA DOCUMENTAL

Davi Cerqueira da Silva ¹

RESUMO

O texto objetivou trazer uma análise em torno da educação ambiental e como seu processo de inserção dentro da educação básica, em específico o ensino fundamental, é de extrema importância para o crescimento estudantil, acionando ao leitor como os suportes básicos que o governo deve gerir e como isso é trabalhado na prática social escolar, objetivando, criticamente, discutir as modalidades e ligação do meio público político de ações constitucionais. A pesquisa traz uma percepção de pensamentos da reprodução do ensino ambiental na vida de estudantes, quando trabalhado desde o início do ensino fundamental, no qual o resultado de campo virtual feito, remete ao comportamento de aprendizes da faixa etária, que afirmaram através do dado de respostas, o comportamento prático do meio acadêmico quanto ao conteúdo ambientalista em sala de aula. Para ilustrar e embasar o raciocínio, o artigo trouxe a percepção e construção de documentos enfatizados pelos órgãos responsáveis pela educação dos cidadãos brasileiros, assim como, o resultado do relato de aprendizes do qual há a presença no ambiente escolar e podem construir unido aos autores, como o trabalho da EA vem sendo feito na prática.

Palavras-chave: Bncc, Ensino, Ambiental, Docente, Discentes.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a sua função como precursora de ações fundamentais para a continuidade de parâmetros dentro do ensino básico, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular, que é presente desde o início do ensino primário, quando criança, até a formação no 3º ano do ensino médio é uma ferramenta de demasiada importância para a continuidade de ações de qualidade dentro do ambiente educacional.

Sabendo disso, e com a demanda de diversas áreas sociais para o desenvolvimento humano dentro da espaço territorial brasileiro, a Educação Ambiental entra como um complemento para as existentes e diversas pautas que englobam a excelência em repercutir boas ideias e formar cidadãos de boa índole, seguindo os direitos e deveres do arcabouço judicial ensinados nas instituições de ensino público e privado.

Segundo Andrade (2000) “a escola deve posicionar-se por um processo de implementação que não seja hierárquico, agressivo, competitivo e exclusivista, mas que seja levado adiante fundamentado pela cooperação, participação e pela geração de autonomia dos atores envolvidos.”

¹ Graduando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com;

Tendo a ideia supracitada como fato, e seguindo a linha da raciocínio sobre os parâmetros englobados nos documentos de suportes educacionais, a Educação Ambiental foi elaborada, propondo que nas escolas seja trabalhada como um tema transversal e não como uma disciplina. De modo similar, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende esse tipo de abordagem, como será discutido mais adiante.

A ideia de inserir a EA na escola, é assumido um propósito pelo qual o discente inicia o processo de obtenção dos conhecimentos acerca das questões ambientais, onde ele passa a ter uma nova visão sobre como é o meio ambiente, sendo um agente transformador em relação à conservação ambiental do lugar que ele está vivendo.

Na opinião de Loureiro (2019, p. 84), essa politização da EA gera um posicionamento do indivíduo que “leva a uma postura reflexiva sobre a realidade, à compreensão complexa das responsabilidades e direitos de indivíduos-grupos-classes, a uma prática que atue tanto no cotidiano quanto na organização política para as lutas sociais”

Todas as crianças amam conhecer coisas novas, idealizar projetos e sonhos em suas próprias cabeças se tornam atrativos para despertar diversas áreas do cérebro de um aluno do ensino fundamental, dessa forma, acabam levando para casa e expandindo tudo que aprendem aos seus pais, avós, tios etc. que, antes não tinha visto nem tido tanto contato com a educação ambiental. Essa reprodução de comportamento é levada até o seu último ano do ensino médio.

Para VASCONCELLOS (1997), “a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra.” O enredamento dessas relações é intermediado pela Educação Ambiental constantes nos documentos norteadores da Educação Básica: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ou seja, é um tema para ser desenvolvido no currículo escolar.

É importante salientar que a educação escolar tem várias atribuições em diferentes instâncias e atribuições que superam a capacidade de resolução e influência sobre e na sociedade. O déficit nesse planejamento de organização da inserção ambientalista no processo educacional, por exemplo, pode acarretar uma perda grande de pensadores críticos, deixando a sociedade à mercê das efemeridades das políticas públicas e interesses do mercado.

De acordo com Phipippi Jr; Pelicioni (2005), a sociedade capitalista urbano-industrial e seu atual modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico têm causado crescentes impactos sobre o ambiente, e a percepção desse fenômeno vem ocorrendo de maneiras

diferentes por ricos e pobres. Se o homem não mudar radicalmente a sua mentalidade de depredar a natureza, ele ficará soterrado em seus próprios dejetos.

A comunicação de ideias e do projeto de mudanças ajuda as pessoas a perceberem a necessidade da mudança e a lógica inerente a ela. O processo de comunicação pode envolver reuniões, discussões, apresentação a grupos, relatórios e memorandos. Se a fonte da resistência é a falta de comunicação ou precária informação, a informação deverá esclarecer todas as dúvidas e a resistência tenderá a cessar. De acordo com Freire (1987), “É através de um ensino investigativo, provocativo que o aluno começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento.”

Deprendendo-se nisso e com base em teorias de Minini (2000), Vasconcellos (1997), Andrade (2000), Loureiro (2019), Freire (1987) e Phipipi Jr (2005) pretende-se trazer uma análise documental dos suportes intermediários da EA, sua importância como precursora para superar as dificuldades relativas à subsistência humana e preservação da vida e por fim a análise da abordagem pedagógica proposta pela BNCC sobre o tema, comparando-a com as propostas presentes nos documentos norteadores da Educação Básica anteriores como os PCNs e as DCNs.

METODOLOGIA

A metodologia usada no artigo é de caráter bibliográfico, qualitativo e documental, tendo como justificativa a oportunidade de análise profunda em torno dos dados e discussão dos autores que pesquisam sobre o contexto da Educação Ambiental. O cerne da questão é trazer no artigo como a educação ambiental é importante para continuidade de desenvolvimento sócio espacial e a análise do proceder disso tudo, que são os suportes educacionais desenvolvidos para reprodução de informações conscientizadoras em torno das questões supracitadas na introdução e que serão desenvolvidas nos resultados.

Para MININI (2000), a Educação Ambiental deve propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente. Esclarecer valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Esse tipo de pesquisa suscita ao leitor e pesquisador, maior abrangência de análise e fatos informacionais em torno do assunto. O uso do espaço para compreender como uma abordagem pedagógica completa faz a diferença na formação populacional, as diretrizes

governamentais dos órgãos educacionais de apoio ao trabalho ambientalista na escola, foi o que incitou a pesquisa.

Partindo do método de pesquisa online, criamos um formulário virtual para alunos do ensino fundamental, que por estarem inseridos dentro de uma instituição de ensino, tem o contato presente com os suportes direcionados pelas diretrizes educacionais de orientação para inserção da educação ambiental nas escolas. Os alunos que responderam o questionário foram da Escola Municipal José Franco Ribeiro, localizada no município de Extremoz.

Este trabalho foi desenvolvido numa perspectiva sócio cultural e educativa, por entendermos o quão é importante o processo de aprendizagem pelo qual cada discente passa e que a partir desse processo pode haver consequências dentro e fora da sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um levantamento bibliográfico e documental sobre o assunto, foi perceptível entender diversas demandas eficientes ao processo da inserção de educação ambiental nas escolas públicas e privadas, para isso, os resultados foram divididos nos 3 alicerces fundamentais para o conteúdo escolar, a BNCC e PCNs, a história acerca do processos dessas 3 chaves de orientação, concerne na abertura para análise do documento e como ele funciona na prática.

PCN E O MEIO AMBIENTE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados, também, em 1988 e constituem um documento dividido em diversos arquivos, cada arquivo aborda por uma disciplina específica ou um ciclo de ensino. Há um volume especial que apresenta os chamados Temas Transversais, dentre eles o Meio Ambiente. Os PCN apontam a necessidade de se trabalhar a Educação Ambiental de modo transversal, e que cada professor deve abordar a questão ambiental adequando-se ao seu conteúdo dentro de sua área, a fim de deixar claro e objetivo os valores que devem ser transmitidos.

A grande ideia dos PCN em Ação é mostrar ao professor que a temática ambiental já está introduzida no contexto escolar dentro das disciplinas existentes, evidenciando problemas ambientais, conflitos sociais, econômicos e históricos e as relações que tanto alunos como os próprios professores podem fazer com o meio em que vivem. Por fim, uma parte destinada à formação de professores, pois para se aplicar projetos em sala de aulas é necessário

professores preparados academicamente para conseguir suprir a necessidade de introdução dos temas ambientais dentro da sala de aula.

BNCC

Regularmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como função nortear os currículos das escolas de todo o Brasil, desde as da rede pública de ensino até as da rede particular, nela há os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para todos os alunos da Educação Básica do Brasil, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A BNCC adota dez competências gerais, ligando conhecimento, habilidades, atitudes e valores dos alunos ao longo do período escolar. Entre as diferentes competências, é notório a existência de uma especial preocupação com a cidadania, autonomia, saúde física e emocional e resolução de conflitos de diversas naturezas, buscando tornar o aluno uma pessoa mais justa, democrática e inclusiva. A questão ambiental é perceptível em partes do documento relacionadas à Química, Biologia, contextualização histórica, entre outras, havendo desta forma uma iniciativa de colocar a questão ambiental dentro da BNCC de uma forma ampla.

A Educação Ambiental é fundamental para o país, sendo necessário ser implantada de uma forma eficaz e satisfatória e, principalmente, ser colocada em prática. Percebe-se que a Lei 9.795/99 é bem avaliada por vários especialistas, entendida como uma regulamentação prática que deixa mais claro como implementar a Educação Ambiental no Brasil.

Em conformidade com a Lei 9.795/99, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental, também sendo muito bem avaliadas por diversos autores, dentre eles Santos e Costa (2015), Furtado (2009), Moura e Hirata (2013). Sendo assim, é possível afirmar que a Lei 9.795/99 e as Diretrizes são vistas com bons olhos tanto pelo governo quanto por diversos especialistas que entendem que essas Diretrizes foram essenciais para o embasamento da Lei, sendo assim são documentos sólidos e amplos.

A criação da Base é uma tentativa de padronização do conteúdo a ser aplicado nas escolas de todo o Brasil, porém deve-se tomar cuidado com aspectos regionais de cada parte do Brasil e abordar temas importantes com uma maior clareza, algo que não é observado no documento final.

PESQUISA COM AS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCO RIBEIRO/ EXTREMOZ.

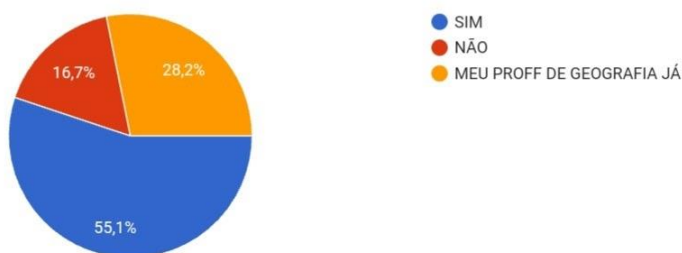
Durante 20 dias foi disponibilizado um formulário online aos estudantes locais do institutos, com séries variadas do sexto ao nono ano, através de redes sociais como, Facebook, Whatsapp e Twitter, perguntas de cunho do ensino aprendizagem na escola sobre as questões ambientais que trabalhadas na pesquisa feita, se tornaram importantes para os resultados deste artigo. Dessa forma, a compreensão em torno do fundamentalismo educacional que envolve o norte orientador da conscientização ambientalista, se tornam precursoras de dados reprodutores das análises de problemas ou números positivos.

Os estudantes variaram em idades de 10 a 17 anos, contribuindo em consonância com as idades estabelecidas para a compreensão para as séries em que se elencou a metodologia, 6,7, 8 e 9 ano foram as grades curriculares escolhidas para trabalhar o levantamento de resultados no campo da pesquisa. O total de contribuintes foram 300 alunos do centro de Extremoz, oriundos em totalidade da escola pública. Tendo em vista as idades e séries trabalhadas, as perguntas foram de cunho mais compreensível possível para maior entendimento do questionamento e didática funcional para êxito conclusivo dos resultados desta pesquisa.

A primeira pergunta foi se na escola pesquisada, era abordada sobre questões ambientais. O esperado nas respostas, era que os alunos compreendessem o questionamento de haver ou não a prática de estudos conscientizadores do meio ambiente, ações precursoras de avanço da reciclagem, atitudes de valores e questões democráticas do movimento ambientalista que se integra em todas as disciplinas da grade curricular de ensino, uma vez que a BNCC orienta aos docentes e instituições públicas e privadas a darem o suporte nas questões básicas e necessárias quanto ao conteúdo trabalhado no viés deste documento.

IMAGEM 01:

SUA ESCOLA JÁ TRABALHOU COM VOCÊ SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS?



Elaborador: Davi Cerqueira

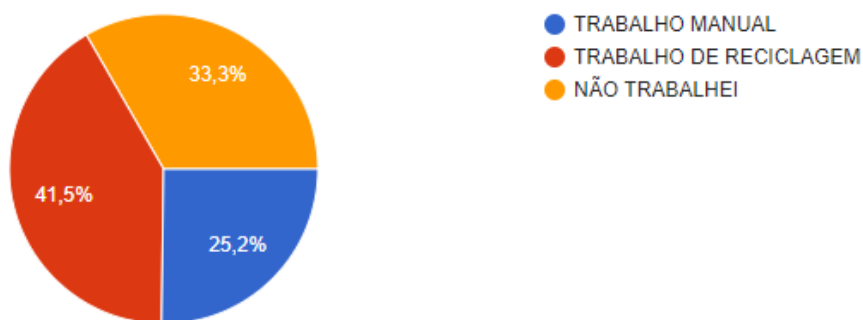
É observável a tendência da geração de alunos do século XXI, em virtude da globalização e questões pertinentes às ações da era digital advindas da ascensão da internet no país, a população nacional se inclina a receber e reproduzir informações muito rápidas, tornando assim um meio de suporte acadêmico para a construção do meio ambientalista dentro de sala de aula, podendo o docente trabalhar no modo online, construtivo presencial ou até mesmo os dois, haja vista que com os números assíduos de usuários no meio tecnológico, a combinação pedagógica com o contemporâneo é necessária para ser utilizada como ferramenta de aprendizagem.

De acordo com Marçal (2005), a escola, principalmente nas séries do Ensino Fundamental, representa um espaço privilegiado para as discussões socioambientais, oferecendo a possibilidade de promover mudanças nos valores pessoais dos alunos em busca de atitudes que se ajustem à realidade. Ao compartilhar as etapas do processo com os alunos, o educador passa a ser um facilitador que os incentiva a compartilhar as suas experiências, podendo despertar o interesse deles pelos assuntos socioambientais e a percepção de que todos têm a capacidade e o dever de contribuir para a conservação ambiental, estimulando, assim, as ações e os comportamentos éticos (PADUA, 2000).

Na pergunta seguinte, do formulário, que girava em torno da metodologia da instituição de ensino local, o questionamento foi sobre a abordagem do ensino ambiental dentro da sala de aula. A pergunta foi direcionada nesse sentido, pois por muita das vezes a abordagem do docente, ou do projeto pedagógico de metodologia escolar, não condiciona o

aprendiz a pensar e perceber de fato como o comportamento ambiental se faz presente no movimento populacional e de vida, as condições que pertencem a urbanização, globalização, industrialização, termos estudados na geografia por exemplo, são fatores pertinentes e presentes somente por estabelecer uma ligação sadia com o fator ambiental do local.

COMO VOCÊ TRABALHOU QUESTÕES AMBIENTAIS NA SUA ESCOLA?



Elaborador: Davi Cerqueira

A segunda pergunta, que concerne no desenvolvimento de trabalhos voltados a área ambiental na escola, foi colocada de forma a construir um raciocínio ligado à análise de fatores que são proporcionados a escola como orientação para ser discutida com a comunidade escolar, seguindo os parâmetros da BNCC, documento ligado ao condicionamento de pensamentos críticos dos discentes, como reprodução de comportamentos éticos e justos perante a sociedade.

É importante ressaltar que dentro de um documento tão extenso, a educação ambiental é citada de forma a abranger poucos os ensinamentos devidos de suporte ao educador, tendo em vista que esse movimento se torna base para tantos outros sentidos estruturais que a sociedade é voltada, os dados que refletem o quadro escolar, do instituto específico que aqui foi trazido, é uma análise do reflexo da falha de movimentação que os próprios órgãos responsáveis tem com a atual conjuntura educacional brasileira.

Nota-se que em relação à Educação Ambiental é fato que se pode afirmar que não houve avanços, já que nesta versão final ela é citada apenas uma vez, em meio a outros temas transversais, como é mostrado abaixo (BRASIL, 2017a):

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às

escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009).

Faz-se necessário salientar que este trecho trazido nos resultados, é o único em todo o documento de 470 páginas da BNCC em que há a Educação Ambiental citada, mostrando que para o governo este tema ficou completamente em segundo plano na montagem de uma Base que será utilizada por muitos anos em todo o território Nacional e que têm consequência de efeitos na vida de todo sócio espaço brasileiro.

Segundo Sorrentino e Portugal (2016), é necessário que na Base Nacional Comum Curricular sejam inseridas as Diretrizes de Educação Ambiental de forma bem clara, para que assim o MEC, em conjunto com as Secretarias de Educação dos Estados, implante instrumentos de políticas públicas que envolvam a comunidade escolar como um todo.

O reflexo desse comportamento estatal é refletido na pesquisa aqui demonstrada, onde mais de 30% dos alunos participantes, não tiveram, ao menos, um projeto relacionado ao ambientalismo, algo que de fato, já foi constatado ser importante dentro do ambiente escolar. Outra crítica recorrente em relação, mais uma vez, à BNCC, segundo Santinelo et. (2016), é a ausência do termo Educação Ambiental no documento, já que este tema deve ser interdisciplinar e aparecer em todos os tópicos, porém não é isso que acontece, já que é citado apenas uma vez no documento.

Conforme Guarim (2002), a Educação Ambiental não pode ser ignorada por aqueles que têm alguma responsabilidade social. Ela é um processo que permite ao indivíduo e à comunidade participar na construção de novos valores sociais e éticos, desenvolvendo atitudes, competências e habilidades voltadas para conservação e utilização adequada dos recursos naturais (MEDINA, 2002)

O giro de questionamentos ao lidar com essa problemática, surge no aspecto de como está sendo preparada a próxima geração social, que mesmo com a globalização que permite os aspectos introdutórios de informações construtivas em torno das vertentes sociais, o retrocesso de documentos inclusivos, pertencentes aos locais, também, públicos, que são frequentados por pessoas que muitas vezes só tem aquele meio de perceber e se reconhecer dentro do corpo espacial da população, é a maior problemática de todos os tempos. São a partir de ações voltadas a esse atraso, que milhares problemas acontecem todos os dias, reflexo da educação de parcialidade em sua qualidade que é ofertada.

No entanto, a mudança de atitudes a favor da melhoria da qualidade de vida da sociedade depende de que, primeiramente, o indivíduo se reconheça como parte do ambiente, se sensibilize com os problemas e se sinta responsável por eles (SANTOS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o histórico de ações voltadas ao ensino ambiental nas instituições de aprendizado, assim como, da execução de planos construtivos permeados de movimentações do pensamento crítico estudantil e social, se viu a necessidade de melhorias no sistema prático desta integração do corpo pedagógico com as ações ambientais. O educador tem como papel principal o poder de transformação social e constituição de caracterizações responsáveis pelo meio de crescimento das reproduções conscientes em todos os aspectos éticos civis do estado.

É preciso que haja capacitação profissional e atividades que sejam de formas mais abrangentes ao condicionamento de criação dos meios portáteis acionistas ao suporte pedagógico que chega no aluno por meio de atividades, falas, ações, projetos, pesquisa etc. Tendo em vista o resultado da pesquisa, se faz de suma importância que saldos representativos, tanto no local aplicado às perguntas, como em outras vias institucionais, sejam ainda mais positivos com frequência. Assim, ganha a escola com a discussão de temas relevantes sobre meio ambiente, discutidos e trabalhados de forma leve e dinâmica atuando junto com a comunidade e pontuando o seu intuito principal como corpo escolar. Na educação ambiental o educador deverá ter a visão e relacionar o homem com a natureza.

REFERÊNCIAS

UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

WWW/ECOPRESS. A Importância da EA na Proteção da Biodiversidade no Brasil.pdf Proteção da Biodiversidade no Brasil.pdf Disponível em <http://www.ebah.com.br/a-importancia-da-ea-naprotecao-da-biodiversidade-no-brasil-pdf-pdf6515.html>. Acesso em 28 mar.2021.

IBAMA. Educação ambiental: as grandes orientações na Conferência de Tbilisi. Especial – ed. Brasília:IBAMA. 1998

SANTINELO, P. C. C.; ROYER, M. R.; ZANATT A, S. C. A Educação Ambiental no Contexto Preliminar da Base Nacional Comum Curricular. Pedagog. Foco, Iturama (MG), v. 11, n. 6, p. 104 - 115, 2016.

SANTOS, T. C.; COSTA, M. A. F. Um olhar sobre a Educação Ambiental expressa nas Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Revista Práxis. Ano VII, n. 13, p. 143 - 151, 2015.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S. Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular. Relatório interno, MEC, 2016.

GUARIM, V.L.M.S. Barranco Alto: uma experiência em educação ambiental. Cuiabá: UFMT, 2002. 134 p.

BRASIL. Poder Civil. Constituição de 1988. Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília, DF, 2007.